
SINGULARIDADE E RESISTÊNCIA: O POLÍTICO NA GRAMÁTICA DA MULTIDÃO

Rejane Maria Arce Vargas¹

Resumo: Neste texto, fazemos uma reflexão respeitante aos conceitos de singularidade e de resistência (Orlandi), no que estes se imbricam com o político (Rancière) das relações sociais e engendram os processos de produção de subjetividades e, por essa via, vão tecendo uma gramática para os Muitos que constituem a cena contemporânea, ou seja, um modo de estar no mundo e significá-lo mediante prática de sentidos.

Palavras-chave: singularidade, resistência, político, gramática.

Começamos nossa reflexão dizendo que ela é incipiente, embora esteja pautada em trabalho anterior, mas, e também, é fruto de uma forte identificação teórica (e, evidentemente, subjetiva) com o tema que tem mobilizado nossas primeiras incursões sobre o que virá a constituir nosso trabalho de tese. Partimos, portanto, de algo que, talvez, tenha ficado por dizer e latente em nossa dissertação, em que analisamos o discurso pró-mobilização social em uma ocupação urbana da cidade de Santa Maria (RS), denominada Nova Santa Marta. O corpus de nossa análise, naquele momento, foi constituído por textos produzidos por sujeitos (pré-adolescentes) em contexto escolar que, em sua maioria, praticaram a historicidade desse lugar ao longo de 16 anos, vivenciando-o e acreditando fazerem-no se constituir como um espaço nomeado do urbano e, nesse trajeto, subjetivando-se face a um cenário de profusão de dizeres que instam à prática política de sentidos, que instam decisivamente à reivindicação de um modo bastante amplo e com implicações nas muitas instâncias da vida. Nesse trabalho, observamos o entrecruzamento de saberes discursivos constitutivos dos dizeres, das repetibilidades inscritas nas produções de

¹ Professora Substituta do Departamento de Letras Vernáculas da UFSM, Doutoranda em Letras/Estudos Lingüísticos UFSM/PPGL/Laboratório Corpus, sob orientação da prof^a Dr. Amanda Eloina Scherer (DLCLL/PPGL/UFSM).

linguagem dos adolescentes que, no mínimo, convivem com saberes que se movimentam por entre:

a) o discurso religioso, atrelado a um projeto-social-escola de inspiração cristã libertária da qual se sentem parte e que, por sua vez, funciona como parte preponderante de uma comunidade, cuja história constitui suas histórias de vida;

b) o discurso reivindicatório vinculado ao movimento inaugural da comunidade (o MNLM) que liderou muitas das ocupações e

c) discursos presentificados nas figuras de líderes comunitários que se estabeleceram na fazenda que foi ocupação, virou assentamento e, depois de 15 anos e de incontáveis manifestações populares, foi nomeada e passou a figurar no mapa da cidade como um bairro dos mais populosos.

Dito isso, o que nos interessa não é a comunidade em si ou os movimentos que fazem por ela circular discursos, nem a escola em seu papel social ou mesmo ainda os sujeitos desse lugar. O que importa, e tem, evidentemente, todo esse escopo constitutivo, é a **produção de subjetividade**, as formas de metaforização de sujeitos diante de dizeres que encontram um repetível sobredeterminado como nascedouro. Nosso modo de tentar observar a materialidade dessa produção subjetiva teve como base as categorias teórico-analíticas da **resistência** e da **singularidade**, olhadas a partir das repetibilidades historicizadas inscritas nos textos. Cabe ressaltar que, quando falamos em singularidade, inscrevemo-nos com Orlandi, em sua compreensão de que se está tratando de uma questão de qualidade, pois não se pode ser mais ou menos singular, isso implica o modo como o sujeito é afetado pela ideologia, em como vai lidar com isso, com a sobredeterminação e não em o quanto ele 'quer' ou 'imagina ser' 'diferente', pois não se trata de 'vontade'. Em última instância, a singularização é um processo simbólico-ideológico, sobre o qual o sujeito não exerce controle. Outro ponto é o da resistência que, em nosso entender, apresenta-se intimamente ligada à singularização, pois, conforme vem sendo elaborada por Orlandi, a resistência – que se opera hoje e com a qual nos defrontamos em nosso trabalho de dissertação – trata-se não mais daquela que visava a desligar, romper com uma dominação do Estado mediante seus aparelhos ou mecanismos de individualização, uma vez que o papel deste, no cenário contemporâneo, já não é tão totalizante assim, pelo menos no exemplo em que tivemos oportunidade de analisar. Foi na 'ausência' do Estado que a comunidade Nova Santa Marta se constituiu, não à

revelia dele, não contra ele, mas em relação a ele, na reivindicação por ele, por uma metáfora totalizante, por um sentido, uma nomeação que permitiu à comunidade a entrada no processo de produção de sentidos, na organização da cidade para instituir uma ordem que já se operava. Sobretudo, Orlandi tem discutido atualmente tal questão de um modo que pode ser ilustrado pela formulação de Castoriadis que a autora re-lê, dizendo que, no que tange à questão da resistência, em contexto de mundialização, em que os sujeitos são relegados a condições de exclusão, marginalidade, delinquência, cabe ‘enfrentar o abismo em pé’, sair da humilhação a que são submetidos aqueles que não fazem parte da rede de consumo (é preciso ocupar um lugar, sair das ruas, habitar, fazer de um fragmento de subjetividade, uma situação, construir um lugar, um tempo, para além de um sistema de lugares já estabelecido – cf. Lewkowicz e grupo, 2006).

É no que tange a esses dois pontos, o da singularidade e o da resistência, no que estes permitem pensar a contemporaneidade face ao enfraquecimento do Estado, que nossa reflexão encontra guarida no pensamento de Paolo Virno (2003), quando este tece uma ‘gramática da multidão’. Vale apontar: gramática aqui não remete à norma, lei ou regramentos de conduta, mas antes requer que se pense nos predicados que, de modo heterogêneo, constituem uma rede de indivíduos, a pluralidade, o ser-muitos que é a multidão. Esta que não é povo, é muito diferente de massa, de coletividade ou mesmo de comunidade ou sociedade. A multidão redefine o modo de ‘estar-junto-no-mundo’, de Unicidade, pois se mantém em sua heterogeneidade, nas singularidades dos muitos. Essa gramática diz respeito a um estudo sistemático sobre o que constitui o ‘sujeito gramatical multidão’, seus predicados, formas de ser, estar, agir no mundo – de praticar sentidos.

... é preciso reconhecer que a **multidão** não se contrapõe ao *Uno*, mas que o re-determina. Também os muitos necessitam de uma forma de unidade, um Uno: mas, ali está o ponto, essa unidade já não é o Estado, senão que a linguagem, o intelecto, as faculdades comuns do gênero humano (VIRNO, 2003, p. 07).

Enquanto:

O **povo** é o resultado de um movimento centrípeto: dos indivíduos atomizados à unidade do “corpo político”, à soberania. O Uno é o maior resultado desse movimento centrípeto. A

multidão, ao contrário, é o resultado de um movimento centrífugo: do Uno ao Muitos. (...) A unidade que a multidão tem às suas costas está constituída por “lugares comuns” da mente, das faculdades lingüístico-cognitivas comuns à espécie, do *general intellect* (Ibid., p. 18).

O ‘general intellect’ de que Virno trata remete ao intelecto em comum da sociedade e este tomado como comunicação, ação, representações dialógicas, jogos lingüísticos que se apresentam como ‘lugares comuns’ em oposição aos ‘lugares especiais’, os modos de dizer — metáforas, sutilezas — que somente se desenvolvem junto a um ou outro âmbito da vida associada. “Lugares especiais” são os modos de dizer/pensar que resultam apropriados em determinados contextos, em última análise, diríamos que estes têm a ver com a interpretação-metaforização.

Como sabemos, o jogo por ‘poder dizer’ e, por essa via, o de singularização e/ou resistência, implica, antes de qualquer coisa, o político. É ele que nos permite pensar essas noções, levando em conta que o discurso é uma prática política de sentidos, prática esta que textualiza/materializa as relações de poder, que historiciza sujeitos e sentidos.

Dessa forma, acreditamos que a resistência e a singularidade envolvem, como tivemos a chance de observar, a busca por laços, mediante um social pulverizado, de exclusão em larga escala, de expulsão ou mesmo de eliminação do não-significado pelo discurso da globalização. E foi esse caminho que trilhamos a fim de compreender dizeres que sempre tinham latentes uma ‘politização reivindicatória’, uma ética comunitária entretecida por histórias pessoais.

Em face disso, o pensamento de Rancière nos é emblemático, especialmente nos textos **Desentendimento** e **Aux Bords du Politique**, os quais nos permitiram compreender o político como constitutivo de todo e qualquer texto, mas, por outro lado, a política não como um a priori de dimensão didático-prática-instrumental, pois, para o autor, a política existe muito pouco e raramente, uma vez que reclama um desentendimento acerca do comum, do que cabe a cada um, mediante o qual instaura-se o litígio, a política, que impõe uma interrupção dos efeitos ‘naturais’ de uma dominação.

No discurso da comunidade Nova Santa Marta, a resistência/singularização se dá pelo estabelecimento de um laço com a organização da cidade, um nome, uma forma de habitar. E isso se dá pela política, se dá pela compreensão de que temos

direito a... precisamos reivindicar/lutar..., o que pode ser pensado sob o aporte de Rancière (1998). Para ele, o **político** é o encontro de dois processos heterogêneos: o primeiro é o de **governo** que consiste em organizar a reunião e o consentimento dos homens em comunidade e repousa na distribuição hierárquica dos lugares e suas funções (o que o autor denomina de **polícia**); o segundo é o de **igualdade**, que consiste no jogo das práticas guiadas pela pressuposição de igualdade, de não importa o quê com o quê e pela preocupação de verificá-la (processo denominado de **emancipação**). Desse modo, podemos compreender que, quando o político da organização da sociedade (governo que se opera mediante uma ordem policial - a quem cabe o que, como...) tem sua organização questionada por uma prática política de pressuposição de igualdade, instaura-se a política, ao modo de um processo de emancipação.

Para mais, Rancière faz três distinções importantes concernentes ao tema. Ele delimita o funcionamento da política, do político e da polícia pela insistência do entrelaçamento dessas noções:

Distinguiremos então a polícia, a política e o político. O político será o terreno de encontro entre a política e a polícia no tratamento de um engano (...). A política não é a atualização de um princípio, da lei ou do próprio de uma comunidade. A política não tem arkhé. Ela é, em sentido estrito, anárquica (RANCIÈRE, 1998, p. 113)².

Sobre essa temática, pautando-nos em Scherer (2008)³, podemos pensar o seguinte, no que concerne à relação costurada por Rancière entre político-polícia-política: a polícia, na língua, dá-se pela normatização da gramática. A polícia, no discurso, opera-se via a estabilidade (sujeita à instabilidade) das Formações Discursivas (FDs). O que nos 'libertaria', então, dessa organização policial seria o político, que modula/regula os modos de

² No original: Nous distinguerons alors la police, la politique et le politique. Le politique sera le terrain de la recontre entre la politique et la police dans le traitement d'un tort. (...) La politique n'est pas l'actualisation du principe, de la loi ou du 'propre' d'une communauté. La politique n'a pas d'arkhè. Elle est, au sens strict, anarchique (RANCIÈRE, 1998, p. 113). Tradução nossa.

³ Anotações fruto de aulas e de reuniões de estudo com a orientadora de nosso trabalho de doutoramento, prof^a Dr. Amanda Eloina Scherer.

substituição/paráfrase/metaforização/interpretação. A relação entre político-polícia-política instaura a própria política na discursividade, mediante o jogo entre o que fica ou não do policial da gramática nas formulações, e o que fica do policial das FDs no discurso. Ademais, essa tensão sempre vai refratar outros dizeres possíveis, na medida em que o político de que tratamos diz respeito às cisões operadas as quais são inelutáveis diante de uma formação social calcada na divisão. Sobretudo, vale enfatizar, a política não existe sempre, o político, por outro lado, este sim, pois é constitutivo do mundo e se expressa na e pela linguagem.

O que até aqui precedeu esteve pautado no que Pêcheux e Gadet nos ensinaram: “A ordem da língua? Nada mais do que a ordem política na língua” (GADET; PÊCHEUX, p. 30-31) e, na esteira disso, de modo análogo ao que formulou Barthes em relação ao texto⁴: importa conceber a língua como objeto político – pois não há outro, de forma que vale sublinhar que a gramática reclamada aqui é então aquela das práticas políticas de subjetividade, de sentido.

Referências Bibliográficas

LEWKOWICZ, I.; CANTARELLI, M.; Grupo Doze. **Do Fragmento à Situação: Anotações sobre a Subjetividade Contemporânea**. Trad. de Maria O. Payer e Romualdo Dias, 2006 [Del Fragmento a la Situación. Notas sobre la Subjetividade Contemporânea. Argentina: Editorial Altamira, 2003].

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A Língua Inatingível. O Discurso na História da Lingüística**. Trad. de Bethania Mariani (et al.) Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. Historicidade, Indivíduo e Sociedade: O Sujeito na Contemporaneidade. In: **III Seminário de Estudos em Análise do Discurso** - SEAD. UFRGS : Porto Alegre, RS, 2007. CD-ROM.

RANCIÈRE, J. **Aux Bords du Politique**. Paris: Gallimard, 1998.

⁴ O texto como objeto político - pois não há outro (Barthes, Aula, 1987).

_____. **O Desentendimento. Política e Filosofia.** Trad. de Ângela Leite Lopes. São Paulo, SP: Ed. 34, 1996.

VARGAS, R. M. A. **Ponte para o Devir: Um trajeto por entre Saberes Discursivos.** 2008. Dissertação (Mestrado em Letras/Estudos Lingüísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

VIRNO, P. **Gramática da Multidão. Para uma Análise das Formas de Vida Contemporâneas.** Trad. de Leonardo Retamoso Palma. Santa Maria, RS. 2003. Disponibilidade em: http://br.geocities.com/autoconvocad/gramatica_da_multidao.html